

Invasão em manguezal de Vitória preocupa Seama

Foto de Helô Sant'Ana

Aterro no Lameirão não é o único problema na preservação do meio ambiente no Estado

O presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, chega a Vitória nessa quinta-feira. Ele participará, no Palácio Anchieta, às 15 horas, da assinatura do edital para o tombamento dos remanescentes da Mata Atlântica do Espírito Santo, mas encontrará uma crise entre os órgãos de defesa do meio ambiente no Estado, de âmbito estadual, municipal e federal. O pivô das divergências foi o aterro iniciado na última semana pela Imobiliária Camburi, contratada pelo proprietário da firma Vivacqua S.A., próximo à Reserva Ecológica do Lameirão, no bairro Jabour. Outro problema é a invasão de manguezais.

O problema chegou ao conhecimento de Mesquita em Brasília, mas aqui ele obterá um quadro geral da luta pela preservação, não só do Lameirão — mangue considerado área de preservação permanente —, mas também de outros manguezais. A situação das reservas ecológicas capixabas será repassada ao presidente do Ibama durante um encontro, na quinta-feira pela manhã, com os secretários de Meio Ambiente e entidades ambientalistas.

A situação dos manguezais é preocupante, segundo o secretário estadual de Meio Ambiente, Almir Bressan, que denuncia que até mesmo os limites dos mangues, que têm fiscalização, estão sendo invadidos e, se não for tomada uma providência imediata, as ocupações serão irreversíveis. A Secretaria Estadual para Assuntos de Meio Ambiente (Seama) vinha mantendo reuniões, nos últimos meses, com órgãos envolvidos com a questão ambiental para solicitar a cooperação na preservação das reservas.

“Precisamos, num prazo muito curto, retirar as famílias que estão morando dentro dos manguezais, como em São Pedro, Lameirão e outros. Elas desobedeceram às delimitações dos mangues, e a cada dia mais famílias se instalam nessas regiões”, observa Bressan. E uma ação rígida, como

anunciou, deverá acontecer nos próximos meses. “Estamos estudando uma área para realocar essas pessoas, e vamos dar um prazo de 48 horas para que se mudem do mangue”, avisa.

Segundo o secretário, pelos recursos financeiros e técnicos dos órgãos, e mesmo pela pressão que os mangues vêm sofrendo ao longo dos anos, com as invasões e aterros, os problemas nessas áreas vêm aumentando, sem que se tenha uma solução imediata para a questão. “Os manguezais estão sem proteção e sua devastação pode ser constatada, por exemplo, nos situados na Grande Vitória”, disse.

Ao fazer um histórico dessas reservas ecológicas, Almir Bressan lembrou que as invasões se iniciaram em 1977, no bairro São Pedro, “fomentadas por vários políticos”, que propiciaram a ida de pessoas de baixa renda para o local, provocando um grande êxodo rural. A invasão continuou nos anos subsequentes, e apareceram os invasores profissionais e a especulação imobiliária. “Hoje, a situação não muda em nada: as pessoas são incentivadas a invadir os manguezais, esperando que algum dia venha a urbanização, prometida principalmente em épocas eleitorais”, diz.

Degradação

A degradação dos mangues teve a cooperação das prefeituras, principalmente na Grande Vitória, como argumenta Bressan, pois começaram a despejar lixo nos manguezais. E para completar, sublinha o secretário estadual de Meio Ambiente, apareceu o programa “Cidade de Porte Médio”, direcionado apenas para o bairro São Pedro, financiado pelo Banco Mundial, para a urbanização de área de manguezais.

“Se por um lado ele visou à melhoria de condições de vida dessa população, do outro foi o maior incentivo para novas invasões nos mangues”, revelou. E citou inúmeras invasões, como em Santa Rita, Marajá, abaixo do conjunto André Carloni, na Serra, e em Vila Velha, que, assim como em São Pedro, tornaram a situação irreversível, deixando só áreas “perdidas”. E os órgãos responsáveis pela defesa do ecossistema hoje não têm condições de mudar esse quadro.



Mesmo nas áreas de preservação fiscalizadas as invasões proliferam e põem em risco o que resta do meio ambiente

na preocupação
1980

Defesa de reserva levanta polêmica

As questões do meio ambiente hoje estão em evidência em todo o mundo. E os poucos mangues existentes no Estado têm levantado polêmicas. Na semana passada, um aterro teve início próximo à Reserva Ecológica de Lameirão, situada no bairro Jabour, em Vitória. Parte da área é de propriedade da firma Vivácqua Irmãos S.A. e já foi aterrada pela Imobiliária Camburi. Ao tomar conhecimento do fato, a Seama, que já tinha embargado a obra em dezembro do ano passado, acionou a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória (Sema) e, afirmando que parte da reserva seria atingida pelo aterro, os dois órgãos tentaram impedir a continuidade dos trabalhos.

Mas a firma, respaldada pela liminar concedida pela Justiça, e que teve deferimento do superintendente do Ibama-ES, Miguel Dalarmelina, ignorou a determinação das secretarias de Meio Ambiente. Revoltados com a medida, principalmente do Ibama frente ao problema, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Vitória recorreram ao presidente nacional do Ibama, Fernando César Mesquita, que indeferiu

a autorização de Dalarmelina. Os serviços na área foram paralisados.

Mas por pouco tempo, segundo informações da própria executora do aterro. O advogado da empresa, Rodrigo Loreiro Martins, pretende aproveitar a visita do presidente do Ibama e convencê-lo de que as obras na região do Lameirão não atingem a reserva.

O episódio reuniu ecologistas, estudantes, secretários do meio ambiente, o prefeito de Vitória, Vítor Buaiz, e até o governador Max Mauro na defesa do Lameirão. A Justiça e o superintendente do Ibama foram criticados pela autorização das obras, mas justificavam e garantiam que os trabalhos não seriam executados dentro do Lameirão. O governador Max Mauro creditou a medida desses dois últimos "a pessoas contrárias ao seu governo".

O secretário Almir Bressan assim como o advogado da Imobiliária Camburi, pretendem aproveitar a visita do presidente do Ibama para pedir o apoio para as ações defensivas do órgão, relativas ao meio ambiente no Estado.